

Um investimento do tamanho do agronegócio brasileiro

Seneri Kernbeis Paludo¹

Estamos diante do maior e mais abrangente Plano Agrícola e Pecuário da história. O PAP 2014–2015 foi anunciado em maio de 2014 e estruturado para ampliar o apoio ao setor que representa o maior negócio do País. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 156,1 bilhões, alta de 14,7% sobre os R\$ 136 bilhões da safra 2013–2014, dos quais R\$ 112 bilhões são para financiamentos de custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para os programas de investimento.

O PAP é um exemplo da sintonia entre o governo federal e o agronegócio. De um lado, o governo investe cada vez mais; do outro, o agronegócio produz um País cada vez mais forte. Os principais eixos do Plano baseiam-se no apoio estratégico aos médios produtores, ao fortalecimento do setor de florestas, à pecuária de corte e à inovação tecnológica, além de ajustes no seguro rural.

Pelo Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), as taxas de juros são vantajosas, há aumento no volume do recurso e maior valor financiável. Estão programados R\$ 16,7 bilhões para as modalidades de custeio, comercialização e investimento, valor 26,5% maior do que o da safra 2013–2014. Os limites de empréstimo para custeio passaram de R\$ 600 mil para R\$ 660 mil, enquanto os de investimento subiram de R\$ 350 mil para R\$ 400 mil.

Existem ações previstas para promover e fortalecer o setor de florestas plantadas. Essa era uma reivindicação antiga do setor e agora conseguimos colocar em prática. O governo federal pretende instituir a Política Nacional de

Florestas Plantadas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A meta é estabelecer políticas públicas específicas, com investimentos em pesquisa, assistência técnica e extensão rural, além de crédito específico para fomentar o aumento da produtividade e da área plantada de um dos segmentos que mais contribui com o Brasil e se encaixa perfeitamente na ótica de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Com o intuito de aumentar a oferta de carne, os incentivos para a pecuária de corte vão financiar os processos de engorda de animais em regime de confinamento e de aquisição de matrizes e reprodutores bovinos. E o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que contempla tanto reforma de pastagens quanto aquisição de animais, foi ampliado de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões, com taxa de juros de 4%.

A inovação tecnológica no campo terá mais incentivo. Serão aperfeiçoadas as condições de financiamento para avicultura, suinocultura, agricultura de precisão, hortigranjeiros e pecuária de leite, por meio do Programa Inovagro. Foram programados R\$ 1,7 bilhão em recursos para essa modalidade, alta de 70%, sendo R\$ 1 milhão por produtor, para serem pagos em até dez anos, com três de carência e taxa de juros de 4%.

Para o seguro rural foi mantido o recurso de R\$ 700 milhões. Neste momento estamos mais preocupados com a qualidade deste programa do que com o volume propriamente dito. Conseguimos postergar a obrigatoriedade do seguro rural e vamos trabalhar firme para aper-

¹ Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

feiçãoar os produtos ofertados e trazer melhorias para o programa.

Outro avanço foi o compromisso da criação de um Grupo de Trabalho entre os ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento para harmonizar os custos de registros cartorários e promover ajustes em normativas dos títulos do agronegócio.

Os recursos e eixos que relatei aqui estão disponíveis para o setor que investe em um futuro cada vez mais promissor. Estamos falando de um País onde crescimento, produtividade e sustentabilidade estão lado a lado, gerando empregos, renda e riquezas. O governo federal disponibiliza mais investimento e segurança para que o agronegócio continue crescendo junto com o Brasil.
